



Universidade do Minho
Reitoria

Despacho
RT-56/2004

A Universidade do Minho mantém em funcionamento, desde o dia 20 de Novembro de 2003, o website RepositoriUM, como repositório institucional.

Deve ser sublinhado o papel da Universidade do Minho na realização do objectivo estratégico fixado no Conselho Europeu de Lisboa, de tornar a Europa numa economia progressivamente mais digital, estabelecendo como meta, para 2010, tornar a União Europeia na “sociedade do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo”.

O repositório digital, designado por RepositoriUM, visa reunir num único sítio o conjunto das publicações científicas da Universidade, contribuindo desse modo para o aumento da sua visibilidade e impacto e garantindo a preservação da memória intelectual da Universidade. O RepositoriUM inclui vários tipos de documentos, tanto versões preliminares de documentos científicos (os preprints), como também comunicações científicas, artigos avaliados e aceites para publicação e literatura cinzenta (teses e dissertações, relatórios técnicos, ...).

O RepositoriUM é parte integrante da iniciativa e-UM – Campus Virtual e enquadra-se na orientação estratégica que a Universidade defende para si, a da “Universidade sem Muros”.

A criação deste espaço online, alimentado pelas comunidades científicas da UM e desenvolvido em favor delas, fez da UM a primeira Universidade portuguesa a implementar uma plataforma desta natureza.

Assim, considerando que:

- 1 - É do interesse da Universidade do Minho, e seu objectivo, maximizar a visibilidade, acesso e impacto da produção científica das suas unidades orgânicas e dos seus docentes/investigadores.
- 2 - Este objectivo pode ser atingido pela disponibilização em acesso livre (ou seja, texto completo, em acesso online, gratuito, irrestrito e mundial) das publicações e documentos que resultem das actividades de I&D desenvolvidas na Universidade, através do RepositoriUM – Repositório Institucional da Universidade do Minho, com as excepções referidas em 4.
- 3 - A significativa maioria dos documentos e publicações resultantes da actividade científica da Universidade do Minho pode ser depositada e disponibilizada em acesso livre no RepositoriUM, sem qualquer restrição associada à violação dos direitos de autor/copyright, dado que:
 - a) Os autores (docentes/investigadores da U.M.) são os únicos detentores dos direitos das teses e dissertações, da generalidade das comunicações a conferências (a menos que tenham assinado uma declaração em sentido contrário), dos relatórios técnicos, working papers, etc.;

Despacho (2)
RT-56/2004

- b) A significativa maioria das revistas (presentemente cerca de 92%, e em percentagem crescente) permitem alguma forma de depósito/auto-arquivo dos preprints (versão enviada para publicação antes da avaliação pelos pares e publicação) e/ou dos postprints (versão final, após avaliação pelos pares e aprovação da publicação) dos artigos que publicam.
 - c) Mesmo nas situações em que subsistam dúvidas, ou os autores tenham assinado declarações concedendo os seus direitos a terceiros, o contacto com os detentores dos direitos poderá resultar na autorização (ou pelo menos na não proibição) do depósito dos trabalhos no Repositório da Universidade do Minho.
- 4 - Os documentos cuja disponibilização em acesso livre constitua uma infracção das licenças concedidas a terceiros (editores, etc.) pelo(s) autor(es) ou a Universidade do Minho, que contenham matérias confidenciais ou que se pretendam comercializar (livros, etc.) não ficarão disponíveis no RepositóriUM em acesso livre, mas poderão ser nele apenas referenciados ou disponibilizados em acesso restrito para a rede da U.M.
- 5 - Ao usar o RepositóriUM para implementar uma política de acesso livre à sua produção científica a Universidade do Minho coloca-se na vanguarda de um crescente movimento internacional, que tem conquistado adeptos dentro e fora das universidades e centros de investigação, e é consequente com a sua adesão, em Novembro de 2004, aos princípios da **Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento** (versão portuguesa em anexo).
- 6 - Ao usar o RepositóriUM para reunir (ou excepcionalmente apenas referenciar) o conjunto das publicações dos seus membros, a Universidade do Minho está a facilitar a gestão, integração e acesso à informação sobre a produção científica das suas unidades orgânicas e dos seus membros, para fins informativos, de avaliação ou administrativos, construindo assim um componente do vector estratégico de desenvolvimento do Sistema de Informação da Universidade.

Ouvidos os Presidentes de Escolas, os Directores dos Centros de Investigação e os Serviços de Documentação da Universidade do Minho:

1- É estabelecida a **Política da Universidade do Minho sobre a sua Produção Intelectual**:

- a) Os docentes e investigadores da Universidade do Minho que sejam autores ou co-autores devem depositar as suas publicações e documentos no RepositóriUM – Repositório Institucional da Universidade do Minho, para disponibilização em acesso livre, com as excepções anteriormente referidas;
 - b) As unidades orgânicas (centros de investigação, departamentos/escolas) devem subscrever e adoptar políticas de auto-arquivo/depósito da produção científica dos seus membros, com base no modelo em anexo ao presente Despacho;
 - c) Os autores de teses e dissertações aprovadas pela Universidade do Minho deverão autorizar o depósito da sua tese e dissertação no RepositóriUM.
- 2- No ano de 2005, a Reitoria atribuirá um **financiamento adicional** às Escolas e Centros de Investigação, em função do ajustamento da prática de disponibilização em acesso livre no RepositóriUM à política estabelecida sobre a produção intelectual, da seguinte forma:
- a) As Escolas/Centros deverão subscrever **até 17 de Dezembro de 2004 a Declaração de Compromisso** de implementação da Política de Auto-Arquivo de publicações constante do Anexo I ao presente Despacho, e remetê-la aos Serviços de Documentação.

Despacho (3)
RT-56/2004

- b) O *plafond* de dotação adicional será definido em função da afectação de base atribuída à Escola/Centro, e fixado quando da distribuição do orçamento às Unidades.
 - c) Até 30 de Outubro, as Unidades deverão remeter aos Serviços de Documentação a lista de publicações que constarão dos seus Relatórios, sendo esta relação confrontada pelos Serviços de Documentação em relação ao depósito de documentos efectuado no RepositóriUM. A proporção das publicações que constituem propriedade intelectual colocadas em depósito no Repositório afectará o *plafond* referido em b).
- 3- Os Serviços de Documentação disponibilizarão um conjunto de serviços às unidades orgânicas e aos docentes e investigadores da Universidade do Minho, a partir do RepositóriUM, tais como:
- a) geração de listagens de publicações, individuais ou da unidade, para efeitos de avaliação ou administrativos (relatórios de biénio, relatórios para a FCT, etc.), para disponibilização em páginas ou sites institucionais ou pessoais, ou para outros fins que venham a ser requeridos;
 - b) fornecimento de dados e informações, aos autores individuais e às unidades, sobre o número de acessos, consultas e downloads das suas páginas e dos documentos depositados no RepositóriUM.

O presente Despacho produz efeito a partir de **1 de Janeiro de 2005**.

Universidade do Minho, 6 de Dezembro de 2004

O Reitor,



A. Guimarães Rodrigues

**Despacho – Anexo I
RT-56/2004**

Política de Auto-Arquivo de publicações

Declaração de Compromisso Institucional

Departamento/Centro: _____

Declaramos a nossa adesão à política de auto-arquivo de publicações da Universidade do Minho, tal como definida no Despacho RT - 56/2004, comprometendo-nos a definir e adoptar uma política formal de auto-arquivo da nossa Unidade no RepositóriUM, de acordo com o modelo constante no anexo II do referido Despacho, a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Data:

Assinatura do Responsável:

Esta Declaração deverá ser remetida aos Serviços de Documentação até ao dia 17 de Dezembro

Modelo de política de auto-arquivo de publicações para Centros e Departamentos

1. Constitui política da Unidade maximizar a visibilidade, uso e impacto dos resultados da investigação desenvolvida através da maximização do acesso online às publicações que a divulgam a todos potenciais utilizadores a nível mundial (máximo acesso = máximo impacto).

É também política da Unidade minimizar o esforço que cada um tem de despendar para esse efeito.

2. A Unidade, acorda adoptar uma política em que todas as publicações deverão ser depositadas no RepositóriUM - repositório institucional da Universidade do Minho, de acordo com os princípios e regras definidas no ponto 3. O depósito nesta “comunidade” constitui o registo oficial da produção intelectual da Unidade. Todas as listas de publicações, requeridas para efeitos administrativos ou de avaliação (listagens de publicações para relatórios de biénio, relatórios FCT, concursos, etc.) serão geradas obrigatória e exclusivamente a partir do RepositóriUM.

3. Esta política é compatível com o respeito pelos direitos de autores/copyright. Assim:

a) Todos os documentos de carácter científico relativamente aos quais o autor detenha os direitos de autor, ou no mínimo o direito de o auto-arquivar, deverão ser depositados no RepositóriUM em acesso livre (ou seja, texto completo, em acesso irrestrito e mundial). Estão nesta categoria, a significativa maioria (presentemente mais de 90% das revistas) dos preprints (versão de artigo de revista enviada para publicação, antes de avaliada pelos pares e aprovada) e/ou dos postprints (versão final, após avaliação pelos pares, de artigos de revistas), a maioria das comunicações a conferências (excepto se o autor tenha assinado uma declaração concedendo, em exclusivo, os direitos de autor ao editor dos proceedings), as teses e dissertações, bem como todos os documentos que não entrem no circuito de publicação externo (relatórios técnicos, working papers, etc.);

b) Os documentos relativamente aos quais o autor tenha concedido direitos que impeçam a sua disponibilização em acesso livre (como artigos de revistas que ainda não permitam o auto-arquivo pelos autores, capítulos de livros, etc.) e/ou dos quais pretenda obter rendimentos de direitos de autor (livros, etc.) poderão ser tratados de 2 formas diferentes, de acordo com o que for legalmente possível e adequado em cada caso:

- Depósito do texto completo do RepositóriUM, em acesso restrito à Universidade do Minho;

- Registo da referência bibliográfica no RepositóriUM.

Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades

Prefácio

A Internet transformou radicalmente as realidades práticas e económicas da difusão do conhecimento científico e do património cultural. Pela primeira vez na história, a Internet oferece-nos a possibilidade de constituir uma representação global e interactiva do conhecimento humano, incluindo o património cultural, e a garantia de acesso mundial.

Nós, os signatários, sentimo-nos obrigados a responder aos desafios da Internet como o meio funcional emergente de difusão do conhecimento. Obviamente, estes desenvolvimentos serão capazes de modificar significativamente a natureza da publicação científica, bem como o actual sistema de controlo de qualidade.

De acordo com o espírito da *Declaration of the Budapest Open Access Initiative*, da *ECHO Charter* e da *Bethesda Statement on Open Access Publishing*, redigimos esta Declaração para promover a Internet como o instrumento funcional ao serviço de uma base de conhecimento científico global e do pensamento humano, e para especificar medidas que os responsáveis políticos, os institutos de investigação, as entidades financiadoras, as bibliotecas, os arquivos e os museus devem considerar.

Objectivos

A nossa missão de disseminar o conhecimento estará incompleta se a informação não for tornada rapidamente acessível e em larga escala à sociedade. Novas possibilidades de difusão do conhecimento, não apenas através do método clássico, mas também, e cada vez mais, através do paradigma do acesso livre via Internet devem ser apoiadas. Nós definimos o acesso livre como uma fonte universal do conhecimento humano e do património cultural que foi aprovada pela comunidade científica.

Para concretizar esta visão de uma representação global e acessível do conhecimento, a Web do futuro tem de ser sustentável, interactiva e transparente. Conteúdos e ferramentas de software devem ser livremente acessíveis e compatíveis.

Definição de uma contribuição em Acesso Livre

Idealmente, o estabelecimento do acesso livre como um procedimento vantajoso requer o empenho activo de todo e qualquer indivíduo que produza conhecimento científico ou seja detentor de património cultural. Contribuições em acesso livre incluem resultados de investigações científicas originais, dados não processados e metadados, fontes originais, representações digitais de materiais pictóricos e gráficos e material académico multimédia.

As contribuições em acesso livre devem satisfazer duas condições:

1. O(s) autor(es) e o(s) detentor(es) dos direitos de tais contribuições concede(m) a todos os utilizadores o direito gratuito, irrevogável e mundial de lhes aceder, e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, sujeito à correcta atribuição da autoria (as regras da comunidade, continuarão a fornecer mecanismos para impor a atribuição e uso responsável dos trabalhos publicados, como acontece no presente), bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal.

**Despacho – Anexo
RT-56/2004**

2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença como acima definida, é depositada (e portanto publicada) num formato electrónico normalizado e apropriado em pelo menos um repositório que utilize normas técnicas adequadas (como as definições *Open Archive*) que seja mantido por uma instituição académica, sociedade científica, organismo governamental ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a inter-operabilidade e o arquivo a longo prazo.

Apoiar a Transição para o Paradigma do Acesso Livre Electrónico

As nossas organizações estão interessadas na promoção continuada do novo paradigma de acesso livre para obter o máximo proveito para a ciência e a sociedade. Por isso, é nossa intenção progredir

- encorajando os nossos investigadores/bolseiros a publicar os seus trabalhos de acordo com os princípios do paradigma de acesso livre.
- *encorajando os detentores de património cultural a apoiar o acesso livre através da disponibilização dos seus recursos na Internet.*
- *desenvolvendo meios e formas para avaliar contribuições em acesso livre e jornais on-line de forma a assegurar os padrões de qualidade e as boas práticas científicas.*
- *advogando que a publicação em acesso livre seja reconhecida para efeitos de avaliação e progressão académica.*
- *demonstrando o mérito intrínseco das contribuições para uma infra-estrutura de acesso livre pelo desenvolvimento de ferramentas de software, fornecimento de conteúdos, criação de metadados ou a publicação individual de artigos.*

Estamos conscientes que a evolução para o acesso livre altera o processo de difusão do conhecimento no que diz respeito aos aspectos legais e financeiros. As nossas organizações procuram encontrar soluções que suportem futuros desenvolvimentos do enquadramento financeiro e legal existente, de forma a facilitar o acesso e uso otimizados.

Os governos, universidades, institutos de investigação, fundações, bibliotecas, museus, arquivos e associações profissionais que partilham a visão expressa na Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades estão convidadas a juntarem-se ao grupo de signatários que já subscreveu a Declaração.